

MAP-DI COMO INFRAESTRUTURA INFORMACIONAL LONGITUDINAL PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Estudo de caso, teletriagem orientativa e governança neuroética de registros
pedagógicos

MAP-DI AS A LONGITUDINAL INFORMATIONAL INFRASTRUCTURE FOR INCLUSIVE SPECIAL EDUCATION

*Case Study, Orientative Tele-Screening, and Neuroethical Governance of Pedagogical
Records*

Julia Suniga-Gonçalves

Centro Universitário Braz Cubas

E-mail: juliasuniga0502@gmail.com

ORCID: 0009-0004-7469-5498

Bruna Pereira Brito

Faculdade Santa Casa da Bahia

E-mail: plenasaudessa@gmail.com

ORCID: 0009-0007-4823-5561

Jessica Pereira da Silva

Brazilian AI for Neurodiversity, Braine

E-mail: jessicapsilva03@gmail.com

ORCID: 0009-0009-6021-6720

Gabriel Felipe Cotta Cirino

Universidade de São Paulo, USP

E-mail: cirino@usp.br

ORCID: 0009-0004-2729-5731

RESUMO

Este estudo apresenta o Mapping and Planning for Developmental Inclusion (MAP-DI) como infraestrutura informacional longitudinal para a Educação Especial Inclusiva. Fundamentada na Ciência da Informação, educação inclusiva, neuroética, educomunicação, experiência do usuário e adoção tecnológica, a proposta enfrenta a fragmentação de registros pedagógicos, familiares, curriculares, funcionais e de teletriagem orientativa. O MAP-DI não possui finalidade diagnóstica: não automatiza elegibilidade, não substitui julgamento profissional nem classifica estudantes por inferência clínica. Organiza, recupera, contextualiza e comunica informações para apoiar

decisões pedagógicas humanas, éticas, documentadas e revisáveis, fortalecendo estudo de caso, PAEE, PEI e governança escolar inclusiva.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Educação Inclusiva; Teletriagem Orientativa; Neuroética; Documentação Pedagógica.

ABSTRACT

This study presents Mapping and Planning for Developmental Inclusion (MAP-DI) as a longitudinal informational infrastructure for Inclusive Special Education. Grounded in Information Science, inclusive education, neuroethics, educommunication, user experience, and technology adoption, the proposal addresses the fragmentation of pedagogical, family, curricular, functional, and orientative tele-screening records. MAP-DI is non-diagnostic: it does not automate eligibility, replace professional judgment, or classify students through clinical inference. Instead, it organizes, retrieves, contextualizes, and communicates information to support human, ethical, documented, and reviewable pedagogical decisions, strengthening case studies, Specialized Educational Assistance Plans, Individualized Educational Plans, and inclusive school governance.

Keywords: Information Science; Inclusive Education; Orientative Tele-Screening; Neuroethics; Pedagogical Documentation.

REFERÊNCIAS

BOOTH, T.; AINSCOW, M. Index for inclusion: developing learning and participation in schools, 3rd edn. Centre for Studies on Inclusive Education, Bristol, 2011.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação, Brasília, 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação, Brasília, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República, Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Presidência da República, Brasília, 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025: altera o Decreto nº 12.686/2025. Presidência da República, Brasília, 2025.

XII Congresso Internacional em Tecnologia e Organização da Informação
Guimarães, 24 de junho a 10 de julho de 2026

ISSN: 2965-4130

DOI: 10.5281/zenodo.23102786

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011: educação especial e atendimento educacional especializado. Presidência da República, Brasília, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012: Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Presidência da República, Brasília, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Plano Nacional de Educação. Presidência da República, Brasília, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Presidência da República, Brasília, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Presidência da República, Brasília, 2018.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024: altera a Lei nº 9.394/1996 e define diretrizes para o ensino médio. Presidência da República, Brasília, 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente. Presidência da República, Brasília, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República, Brasília, 1996.

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Ministério da Educação, Brasília, 2010.

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009: diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Ministério da Educação, Brasília, 2009.

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação, Brasília, 2009.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. The concept of information. **Annu Rev Inf Sci Technol**, v. 37, n. 1:343–411, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1002/aris.1440370109>.

CAST. Universal Design for Learning guidelines version 3.0. CAST, Wakefield, 2024.

CIRINO, G. F. C. **Development of inclusive technological solutions in mental health: the intersection of information science, ethical artificial intelligence, and neurodiversity.** Professional master's thesis, University of São Paulo, São Paulo, 2024.

CIRINO, G. F. C. *et al.* AURA-T: a standards-first, privacy-preserving pipeline for neurodevelopmental care—from external intake to de-identified analytics and secure delivery. In: Cherifi H, Rocha LM, Cherifi C, Ertem Z, editors. **Complex networks & their applications XIV**. Studies in Computational Intelligence, vol 1266. Springer, Cham, 2026. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-032-16719-4_23.

CIRINO, G. F. C. Fronteiras da neurodiversidade: muito além dos diagnósticos e rótulos. Neuroverso, São Paulo, 2025.

DE BRUYNE, P.; HERMAN J, de S. M. **Dynamique de la recherche en sciences sociales**: les pôles de la pratique méthodologique. Presses Universitaires de France, Paris, 1974.

FETTERS, M. D.; CURRY LA, C. J. Achieving integration in mixed methods designs: principles and practices. **Health Serv Res**, v. 48, n. 6 Pt 2:2134–2156, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/1475-6773.12117>.

FLORIAN, L. What counts as evidence of inclusive education? **Eur J Spec Needs Educ**, v. 29, n. 3:286–294, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/08856257.2014.933551>.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, São Paulo, 1996.

HASSENZAHN, M.; TRACTINSKY, N. User experience: a research agenda. **Behav Inf Technol**, v. 25, n. 2:91–97, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/01449290500330331>.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? Summus, São Paulo, 2015.

MARCUS, S. J. (ed.). **Neuroethics**: mapping the field. New York: Dana Press, 2002.

MARZAL GARCÍA-QUISMONDO MÁ. Una perspectiva conceptual de la alfabetización en información a partir de la teoría del aprendizaje. **Investig Bibliotecol**, v. 29, n. 66:129–160, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ibbai.2016.02.034>.

PALETTA, F. C.; MOREIRO GONZALEZ, J. A. Modelos de busca, acesso, recuperação e apropriação da informação na Web de Dados. **Inf Inf**, v. 24, n. 2:182–210, 2019.

ROSE, D. H.; MEYER A, G. D. **Universal Design for Learning**: theory and practice. CAST Professional Publishing, Wakefield, 2014.

SOARES, I. O. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação. Paulinas, São Paulo, 2011.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEUROPSICOPEDAGOGIA. Código de Ética Técnico Profissional da Neuropsicopedagogia. SBNPp, Joinville, 2021.

SUNIGA-GONÇALVES, J.; OLIVEIRA, J. F. S.; SILVA, J. P.; CIRINO GFC, P. F. Governing executive-function records in Brazilian public schools for privacy, fairness, and accountability. Conference abstract, Neuroethics at Stanford, Stanford University, Stanford, 2026.

UNESCO. The Salamanca statement and framework for action on special needs education. UNESCO, Paris, 1994.

UNITED NATIONS (N.D.) GOAL 4. ensure inclusive and equitable quality education and promote lifelong learning opportunities for all. United Nations, New York.

UNITED NATIONS. Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development. United Nations, New York, 2015.

VENKATESH, V.; THONG JYL, X. X. Consumer acceptance and use of information technology: extending the unified theory of acceptance and use of technology. **MIS Q**, v. 36, n. 1:157–178, 2012. DOI: <https://doi.org/10.2307/41410412>.

WILSON, T. D. Models in information behaviour research. **J Doc**, v. 55, n. 3:249–270, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1108/EUM0000000007145>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. International classification of functioning, disability and health: children & youth version: ICF-CY. WHO, Geneva, 2007.

YIN, R. K. Case study research and applications: design and methods, 6th edn. SAGE, Thousand Oaks, 2018.